



**ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Coronel David e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados e público presente. *"Ata da Vigésima Sexta Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Professor Rinaldo e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Lida e aprovada a Ata Trinta da Vigésima Quinta Sessão Ordinária. Não houve expediente a ser lido. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** - Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Professor Rinaldo, Renato Câmara, Zeca do PT, Antonio Vaz, Pedrossian Neto, Junior Mochi, Roberto Hashioka, Gleice Jane e Mara Caseiro. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Paulo Corrêa, Zé Teixeira e Gerson Claro. **GRANDE EXPEDIENTE** - Usou da palavra o deputado Gerson Claro. **ORDEM DO DIA** - Foi aprovado, em redação final, o Projeto de Lei Complementar nº 001/2025, de autoria do Tribunal de Contas. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 010/2025, de autoria do deputado Pedro Kemp; Projeto de Lei nº 035/2025, de autoria do deputado Caravina. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da deputada Gleice Jane e coautoria da deputada Lia Nogueira e do deputado Pedro Kemp, endereçada aos familiares de Cleyla Ricardo Borges; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Caravina, endereçada aos familiares de Drielle Leite Lopes; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada ao senhor Rodolfo Nogueira, deputado federal por Mato Grosso do Sul, por ter sido eleito presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada à delegação de atletas sul-mato-grossenses de judô pelo excepcional desempenho no Campeonato Brasileiro de Judô – Região IV; requerimento de moção de congratulação, Protocolo*



*nº 01063/2025, de autoria do deputado Roberto Hashioka (retirada a pedido do autor); requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada à professora Cleide de Souza Ferreira, por sua dedicação e empenho no campo da educação, especialmente no atendimento especializado em Educação Especial; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, ao professor Marcos de Souza Ferreira, por sua dedicação e notáveis contribuições à educação de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de apoio, Protocolo nº 01023/2025, de autoria do deputado Caravina (retirada a pedido do autor); requerimento de informações, de autoria do deputado Coronel David; indicações, de autoria dos deputados Coronel David, Mara Caseiro, Paulo Corrêa, Zé Teixeira, Paulo Duarte, Pedro Kemp, Caravina e Zeca do PT. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dez de abril do ano de dois mil e vinte e cinco." Solicito apenas a retificação da data da sessão anterior. Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicitamos a retificação da data. Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para leitura do expediente.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Eu estou on-line.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no exercício da Primeira-Secretaria, o deputado Coronel David, para leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Coronel David - PL) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, nobres pares. Bom dia, todos que acompanham a nossa Sessão. "Expediente da Sessão Ordinária do dia 15 de abril de 2025. Mensagem nº 7/2025, do Poder Executivo, encaminhando o Projeto de Lei nº 084/2025, que institui o Programa Selo da Agricultura Familiar, no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul, para os fins que menciona, e dá outras providências (Prot. nº 1.084/2025); Mensagem nº 8/2025, do Poder Executivo, que autoriza o Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Poder Executivo Estadual, a doar, com encargos, ao município de Cassilândia, o imóvel urbano e as construções de sua propriedade que especifica, e dá outras providências (Prot. nº 1085/2025); Mensagem nº 09/25, do Poder Executivo, encaminhando o Projeto de Lei nº 086/2024, que altera a redação e acrescenta dispositivos nas leis que menciona, e dá outras providências (Prot. nº 1.089/2025); Mensagem nº 10/2025, do Poder Executivo, encaminhando o Projeto de Lei nº 087/2024, que altera a redação de dispositivo da Lei nº 5.455, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a isenção de cobrança de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e



Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) de templos religiosos, de qualquer culto, no Estado de Mato Grosso do Sul (Prot. nº 01090/2025); Ofício nº 318/2025, do Ministério da Agricultura e Pecuária, respondendo à indicação do deputado Renato Câmara (Prot. nº 0170/2025); Ofício nº 80.513/2025, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação da deputada Lia Nogueira (Prot. nº 430/2025); Ofício nº 124/2025, da Agência Nacional de Telecomunicação, respondendo à indicação do deputado Zé Teixeira (Prot. nº 556/2025); Ofício nº 33/2025, da Agência Nacional de Telecomunicação, respondendo à indicação do deputado Marcio Fernandes (Prot. nº 541/2025); Ofício nº 177/2025, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Roberto Hashioka (Prot. nº 420/2025); Ofício nº 099/2025, da Prefeitura Municipal de Nioaque, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. nº 803/2025); Ofício nº 1.430/2025, da Secretaria Municipal de Assistência Social de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Antonio Vaz (Prot. nº 191/2025); Ofício nº 1.749/2025, da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Lucas de Lima (Prot. 384/2025); Ofícios nºs 442, 443, 471/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Coronel David e Pedro Kemp (Prot. nºs 361/2025, 3.671/2024, 362/2025, 133/2025); Ofício nº 673/2025, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Gestão Urbana e Desenvolvimento Econômico, Turístico e Sustentável de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Lucas de Lima (Prot. nº 3.236/2024); E-mail - Transfere Gov, encaminhado notificação no Plano de Trabalho - Plano de Ação nº 09032022-20150 (Prot. nº 1123, 1124/2025) ." Foi lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Quero registrar que nós recebemos há pouco a notícia do falecimento do Edinho Duarte, presidente da Câmara de Vereadores de Bela Vista. Vamos providenciar o encaminhamento da moção de pesar.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, eu quero trazer duas questões importantes. Primeiro. Eu quero solicitar a Vossa Excelência a tramitação, em caráter de urgência, do projeto de lei lido hoje que trata da questão do Selo da Agricultura Familiar. Ao mesmo tempo, agradeço o pronto atendimento por parte do governo Eduardo Riedel à agricultura familiar. O setor da mandioca, do leite, do mel, da fruta e da panificação da agricultura familiar vem se acelerando atualmente. Diante disso, solicito que o projeto

em questão tramite em regime de urgência nesta Casa. Segundo. Quero agradecer à Mesa Diretora porque o senhor anunciou que no dia 22, se não me engano, nós vamos inaugurar o refeitório desta Casa. Em nome da Bancada do PT nesta Casa, quero propor que seja dado ao refeitório o nome de Amarildo Cruz, nosso saudoso companheiro. Até porque o Amarildo cuidou, com muita atenção, com muito carinho, daquela parte onde foi construído o nosso refeitório. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu acato o requerimento de urgência de Vossa Excelência. O Programa de Selos da Agricultura Familiar é de muita relevância. Vou propor um acordo de lideranças, para que possamos votar a proposta nas duas semanas próximas e para que ela esteja aprovada até o final do mês, já com a assinatura do líder deputado Marcio Fernandes. Vamos pegar a assinatura dos demais líderes e vamos fazer a tramitação em regime de urgência. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu quero apresentar uma indicação. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Correa Riedel, governador do estado, com cópia ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, solicitando providências no sentido de promover a pronta recuperação e melhoria da via de acesso, estradas e pontes da estrada vicinal que liga a Aldeia Córrego do Ouro à MS-339, no município de Porto Murtinho. Nosso gabinete foi demandado por lideranças da comunidade indígena da referida aldeia, uma das seis que compõem a reserva Kadiwéu e que se encontra em estado de abandono, em razão principalmente das péssimas condições de tráfego da estrada vicinal que dá acesso à rodovia MS-339. Segundo relatos, o acesso ao Córrego do Ouro é um dos mais difíceis, em decorrência dos íngremes morros e pela ausência de manutenção da estrada e das pontes de acesso ao local. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira, secretária de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos, solicitando o cumprimento do artigo 3º, parágrafo único, do Decreto nº 16.309, solicitando que seja garantido o pagamento do Programa Cuidar de Quem Cuida aos cuidadores que pertencem às famílias que recebem os benefícios sociais de transferência de renda, de forma acumulada, consoante permissão prevista no supramencionado dispositivo legal. Semana passada, nós recebemos aqui na Casa mães atípicas que estavam denunciando que várias delas foram cortadas do Programa Cuidar de Quem Cuida porque seus filhos estariam recebendo outros programas, como o BPC e o Cesta Básica Indígena, que são direcionados às pessoas com deficiência e suas famílias. Agora, o Programa Cuidar de Quem Cuida é para o cuidador. Nós estamos aqui, então, cobrando providências da Secretaria de

Assistência Social no sentido de que as mães atípicas voltem a receber o programa, haja vista que nós aprovamos aqui uma lei que permite a acumulação de benefícios, no caso de quem recebe o Cuidar de Quem Cuida. Portanto, nós estamos solicitando que as mães cuidadoras possam receber o Cuidar de Quem Cuida, independentemente de que seus filhos estejam recebendo o BPC, o Mais Social ou algum outro programa. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que o senhor Felipe Scharth Feo Ribeiro possa fazer uso da tribuna na Sessão Ordinária do dia 6 de maio do corrente ano, para discorrer sobre interesses da categoria dos oficiais investigadores da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, a disponibilização do Plenário Deputado Júlio Maia para o dia 23 de abril do corrente ano, a partir das 14 horas, quando eu e a deputada Gleice Jane realizaremos uma audiência pública com o objetivo de debater o Plano Nacional de Educação. Era o que eu tinha, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, servidores, público presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópia autônoma ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, solicitando a pavimentação da rodovia MS-426, no trecho que liga a rodovia MS-306 à ponte sobre o rio Aporé, na divisa entre Mato Grosso do Sul e Goiás, visto que a via é essencial para a mobilidade populacional, o escoamento da produção agropecuária e a integração interestadual. Esta reivindicação foi encaminhada ao nosso gabinete pelos vereadores de Cassilândia: Zé Lourenço, Peter Simon, Fernanda Messias, José Divino, Leandro Rosa, Claudete Dosso, Max Estevo, Fábio Boni, o Arthur Barbosa, Juninho Moraes e Paulo Eduardo Cardoso. Praticamente toda a Câmara está pedindo a pavimentação da via. O governo Riedel tem investido em pavimentação de rodovias essenciais para o escoamento de produção em eixos de ligação entre regiões, e essa rodovia é de suma importância, porque liga Mato Grosso do Sul e Goiás. Então, ela é importante para a mobilidade da população dos dois estados, bem como para o escoamento de produção. Eu vou acompanhar esse processo, vou marcar uma reunião com o secretário Guilherme para falar com ele sobre quão importante é pavimentar aquela via. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor Giancarlo Corrêa Miranda. Se aprovada, a presente moção deverá ser redigida e encaminhada da seguinte forma: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante da população sul-mato-grossense, por proposição do

deputado Caravina, manifesta seus mais elevados votos de congratulação ao policial civil Giancarlo Corrêa Miranda, novo presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis (Cobrapol), pela relevante conquista e por sua expressiva representatividade ao se tornar o primeiro sul-mato-grossense a assumir a liderança dessa importante entidade nacional. Fundada com o propósito de unir e representar mais de 140 mil policiais civis de todo o Brasil, a Cobrapol atua de forma decisiva na defesa dos direitos da categoria, no fortalecimento das federações e dos sindicatos estaduais, bem como na promoção de políticas públicas que valorizem a profissão policial civil. Sua trajetória de luta, compromisso e liderança reforça os pilares da representatividade e da ética na defesa dos interesses coletivos, sendo motivo de orgulho para a nossa população. A Assembleia reconhece e parabeniza o senhor Giancarlo Corrêa Miranda, desejando-lhe uma gestão de sucesso à frente da Cobrapol, convicta de que sua atuação trará avanços significativos à categoria dos policiais civis e contribuirá para o fortalecimento da segurança pública no Brasil." Peço o apoio dos colegas. Presidente, era isso. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares. Requeiro à Mesa, nos termos regimentais desta Casa de Leis, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do vereador Edinho Duarte, pelo seu falecimento, ocorrido neste dia. Se aprovada, a presente moção deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, atendendo à proposição do deputado Antonio Vaz, apresenta sinceras condolências aos familiares do vereador Edinho Duarte, pelo seu falecimento, ocorrido no dia de hoje. O vereador estava em pleno exercício do seu mandato, atualmente era presidente da Câmara Municipal de Bela Vista. Era um jovem de apenas 47 anos. É com grande pesar e profunda tristeza que manifesto minhas mais sinceras condolências à família do Edinho, que agora descansa com Deus. Sua partida deixa um vazio imenso em nossos corações, além de deixar uma lacuna na luta que tanto travou, como vereador, em prol de cada cidadão do município de Bela Vista. Neste momento de luto e saudade, estendo minha solidariedade à esposa e a toda a família enlutada, desejando-lhes força e serenidade para enfrentar esta difícil jornada. Que eles encontrem consolo na certeza de que o amor e a bondade continuarão vivos em nossas memórias e em nossos corações. Que a alma do Edinho descanse em paz nos braços do Senhor e que a memória de sua vida continue a inspirar seus familiares."

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito a Vossa Excelência que transforme esta moção em nome da Casa.



DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — De acordo. O Edinho era um grande amigo, membro da Igreja Universal de Bela Vista, presidente da Câmara Municipal, era um grande homem de Deus. Eu tenho certeza de que ele está nos braços do Senhor Jesus. Quero deixar minhas condolências à Gislaine (esposa do Edinho), que, neste momento, encontra-se extremamente triste. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Correa Riedel, governador do estado, com cópias aos senhores Antonio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, e ao senhor Renato dos Anjos Garnes, comandante da Polícia Militar, solicitando a reforma do Posto Policial do distrito de Piraputanga, no município de Aquidauana. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada diretamente ao nosso gabinete parlamentar pelos senhores Regiane Cássia e Wagner Romero. O Posto Policial de Piraputanga é um local público essencial para garantir a segurança da população local e dos muitos visitantes que frequentam a região, especialmente em épocas de alta temporada turística. Contudo, atualmente, o prédio encontra-se em estado de deterioração, o que compromete não apenas a qualidade do serviço prestado, mas também a segurança e o bem-estar dos policiais que lá trabalham. Sabemos que uma base policial estruturada e operante previne a criminalidade e fortalece a confiança da população no serviço público. Por isso reiteramos a necessidade de que sejam destinados recursos para reforma e modernização daquele posto policial. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópias autônomas ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Ednei Marcelo Miglioli, e ao diretor-presidente da Fundação Municipal de Esportes, senhor Sandro Benites, solicitando a troca da areia e a instalação de tela de proteção na quadra da praça da Homex, bairro Centro-Oeste. Esta proposta atende à solicitação encaminhada ao nosso gabinete pelo senhor Hudson da Conceição Pinheiro, morador do bairro. O esporte é essencial para o desenvolvimento físico e social da juventude, promovendo saúde, disciplina e integração comunitária. Porém, há bicho geográfico na área, o que tem comprometido a segurança e o bem-estar de todos. Diante disso, solicitamos que providências sejam tomadas. E só, senhor presidente.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Eu quero apenas dizer que encaminhei um ofício ao secretário de Governo Rodrigo Peres, solicitando que seja avaliada a conduta do servidor público encarregado do Detran do município de Guia Lopes da Laguna. Em uma publicação, ele comenta a respeito da situação do ex-presidente

Bolsonaro, que foi submetido a uma nova cirurgia. O servidor se chama Gabriel Meireles. Segundo consta, ele foi indicado por um parlamentar federal do Partido dos Trabalhadores. Quero pedir então ao secretário que avalie a permanência ou não desse servidor à frente do Detran. Esse não é o tipo de comportamento que a gente espera de um servidor público. Ele utilizou uma rede social para atacar um suposto adversário político. E eu lamento profundamente, deputado Zeca do PT, que Vossa Excelência, diante dessa situação, venha aqui à frente e coloque em dúvida esse caso tão sério de saúde do presidente Bolsonaro. Eu lamento profundamente por ter ouvido o senhor dizer que não houve sangue no caso da facada que o Bolsonaro sofreu. Eu o convido a me acompanhar numa visita ao presidente Bolsonaro e verificar com seus próprios olhos a facada que ele levou. Somente isso, senhor presidente.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente. Eu fui citado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu vou pedir que Vossas Excelências usem da palavra pela ordem para esclarecimentos regimentais. Vou conceder a palavra ao deputado Zeca do PT e depois ao deputado João Henrique. Mas a gente precisa dar continuidade ao Pequeno Expediente. Deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Quantas pessoas neste estado pediram a morte do Lula? Agora, o que eu mostrei aqui, algo inacreditável, é que um homem que abriu o abdômen 12 horas atrás já esteja caminhando pelo hospital. Eu me dou o direito de botar em dúvida isso. Eu nunca vi. Isso é um fenômeno. Como estamos na Semana Santa, digo que só o Anticristo é capaz de superar qualquer coisa. Aliás, não é de hoje que esse tipo de coisa acontece. Quando ele sofreu a tal facada, não saiu sequer uma gota de sangue. Eu tenho o direito de duvidar dessas coisas.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, eu nem vou discutir com o deputado Zeca do PT porque a questão de ordem dele não está amparada no Regimento nem na legislação. Mas eu me inscrevi aqui para falar do tema já abordado pelo deputado Coronel David, que me antecedeu. Eu quero falar sobre o requerimento de convocação do diretor-presidente do Detran, senhor Rudel Espíndola Trindade, uma vez que o funcionário público Gabriel Meireles está submetido à direção e coordenação do senhor Rudel Espíndola. Existem as leis, os estatutos dos servidores, existe o princípio da moralidade dos servidores públicos. Então, deputado Zeca do PT, ainda que alguma pessoa tenha ofendido alguma norma, aquele que tem cargo público deve seguir o princípio

da moralidade. Então, desejar que uma pessoa morra, sendo agente de Estado, evidentemente é violar a Constituição Federal, as leis, o princípio da moralidade, da legalidade, da eficiência, da dignidade da pessoa humana. Eu estou apresentando um requerimento de convocação do diretor-presidente do Detran. Estou pedindo que ele avalie a conduta do servidor. Quero que ele demonstre a esta Casa que as normas e o Estatuto do Servidor estão sendo seguidos. Ou até a imediata exoneração do servidor, sob pena de a gente requerer que essas informações sejam prestadas. Caso ele seja exonerado... Deputado Zeca do PT, eu estou na minha questão de ordem, eu não interrompi Vossa Excelência, nem violando o Regimento, nem violando a educação que tenho por Vossa Excelência, mesmo não concordando com nada que você disse. Senhor presidente, na minha questão de ordem, solicito que o presidente do Detran venha prestar esclarecimentos ou que proceda à imediata exoneração do servidor. Porque não está em sã faculdade mental um servidor que deseja a morte de quem quer que seja. Isso é um completo absurdo, é surreal. O Estado não pode patrocinar e custear uma pessoa com suas faculdades mentais comprometidas. Senhor presidente, era o que eu tinha.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente, colegas parlamentares, público presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. Eu quero dizer que nós estamos no mês de abril, mês de conscientização sobre o autismo. E quero destacar nossa parceria com o deputado federal Rodolfo Nogueira, em Dourados. Juntos nós disponibilizamos, deputado Neno Razuk, 320 mil reais em emenda parlamentar para um único fim, a contratação de um neuropediatra, que atenda pela tabela via SUS e não pela tabela de clínica particular. Aliás, a gente tem que saber a diferença entre as coisas para não falar pelos cotovelos. Então, juntos, nós estamos ajudando a resolver um problema crônico em Dourados, que já se arrasta há quatro anos. Já está indo para o quinto ano que os usuários do SUS, que as crianças atípicas de Dourados, da região da Grande Dourados, que são atendidas na Policlínica de Atendimento Infantil, estão sem esse profissional. Cabe ao prefeito Marçal Filho bem gerir esse dinheiro, são 320 mil reais: 200 mil do deputado Rodolfo Nogueira e 120 mil meus. A gente acredita que esse recurso, de alguma forma, deputado Pedro Kemp, pode resolver o problema de Dourados e de outros municípios do estado. E ainda falando sobre este mês de conscientização sobre o autismo, eu trago um caso estarrecedor que aconteceu em Três Lagoas. No dia 11, agora, deputado Zé Teixeira, um estudante autista foi agredido fisicamente em uma escola da rede estadual por dois colegas de sala de aula. Ele levou um tapa no rosto, foi humilhado, sofreu bullying. Os dois agressores chegaram ao ponto de obrigar o estudante autista a beijar seus pés. Por conta disso, eu trago hoje esta indicação, que passo a ler. Indico à Mesa, na forma regimental,

ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel, ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, e ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando que sejam acompanhadas com especial atenção às investigações referentes à Ocorrência nº 726/2025, registrada no dia 11 de abril de 2025 na 3ª Delegacia de Polícia de Três Lagoas, na qual foram relatados episódios reiterados de agressões físicas e psicológicas sofridas pelo estudante com Transtorno do Espectro Autista matriculado na Escola Estadual João Ponce de Arruda. Solicito que sejam prestadas informações a esta parlamentar acerca das providências adotadas em relação aos alunos identificados como agressores, bem como acerca da conduta da equipe da referida unidade escolar. Conforme publicação do jornalista Ricardo Ojeda, veiculada no Facebook, uma mãe registrou um Boletim de Ocorrência relatando que seu filho, diagnosticado com autismo, vem sendo alvo de constantes e graves episódios de bullyings e agressões físicas promovidos por dois colegas de classe. Segundo a mãe, o aluno é reiteradamente agredido com tapas no rosto, é ameaçado e constrangido a ceder para os agressores o lanche que leva para consumir no recreio. Além disso, ainda, os agressores o forçam a fazer seus trabalhos escolares. O episódio mais estarrecedor, deputado Marcio Fernandes, conforme relato de testemunha da sala de aula, foi quando os agressores obrigaram o estudante a beijar seus pés, em um ato cruel, degradante e incompatível com os valores que devem reger o ambiente escolar. Vale destacar que é dever do Estado assegurar um ambiente escolar inclusivo, seguro e respeitoso aos alunos, especialmente àqueles com deficiência. De acordo com o Censo Escolar de 2023, há 636.202 estudantes autistas no Brasil, sendo que 95,4% deles estão matriculados em classes comuns. Casos de violência escolar envolvendo crianças autistas têm aumentado nos últimos anos, exigindo, portanto, atuação do poder público. Eu não poderia deixar de trazer este caso à tona, porque muito me chamou a atenção, sobretudo porque estamos neste mês em que tanto se fala de conscientização sobre o autismo. Autismo não é 'mimimi', não é mentira. A criança com essa condição não está com frescura. Autismo é uma atipicidade, é uma deficiência cognitiva. E nós parlamentares, com tantas ferramentas que temos, já apresentamos aqui ao Governo tantos projetos de lei. O deputado Neno Razuk também levanta esta bandeira. E eu, como mãe de autista, senti meu coração sangrar quando ouvi o relato daquela mãe. Ela está pedindo socorro. E ela representa várias mães atípicas. A gente recebe toda semana aqui mães solicitando que seus direitos sejam respeitados pela Prefeitura de Campo Grande e pelo Estado. Esse caso foi parar na polícia. Em pensar que vivemos num tempo em que tanto se fala de tolerância, de inclusão. E neste mês tão importante, a gente depara com um estudante que foi agredido de forma cruel, de forma covarde; e a direção da escola, segundo relatos, pelo menos por enquanto, não tomou nenhuma atitude mais firme. Ela simplesmente afastou por três dias os dois agressores. Olha, é de cortar o coração esse tipo de situação. Imaginem quantos estudantes autistas



não são agredidos de forma física ou verbal neste país! Nós precisamos falar mais de autismo, precisamos trazer o assunto a este Parlamento, precisamos ter um olhar de sensibilidade para o autismo. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Peço que os senhores deputados sejam mais objetivos, por conta do nosso tempo. Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador do Estado, Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural, senhor Washington Willeman de Souza, ao secretário executivo da Agricultura Familiar, Povos Originários e Comunidades Tradicionais, senhor Humberto Pereira, ao superintendente da Funasa, senhor Mário Rosa da Silva, e ao superintendente do Incra em Mato Grosso do Sul, senhor Paulo Roberto Silva, solicitando a perfuração de poços artesianos, com a devida instalação de sistema de captação e reservatório de água, para atender às necessidades dos agricultores familiares da comunidade da região da Beira Alta, bem como dos assentamentos Nova Aliança e Córrego da Pedra, localizados no município de Coxim. Outra coisa, presidente, quero reforçar que seja colocado o nome do saudoso deputado Amarildo do Cruz no refeitório desta Casa, que será inaugurado no próximo dia 22. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Primeiro, vou fazer uma questão de ordem. Quero me somar aos deputados Coronel David e João Henrique a respeito do episódio que aconteceu em Guia Lopes. Foi lamentável. E aqui no Plenário a discussão piora, porque fica uma pessoa contra a outra. Percebe-se que o Brasil está dividido. A deputada Lia Nogueira falou aqui sobre tolerância. A meu ver, o que aconteceu em Guia Lopes foi um ato sem tolerância, foi um ato de ódio. Esse sentimento faz mal para a alma. Bom, eu vou ler aqui uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder aos deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul, solicitando gestão na destinação de recursos da União a serem investidos na aquisição de um veículo para atender a Associação Pestalozzi do município de Santa Rita do Pardo. Agora, uma moção. Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos do inciso XVI do artigo 173 do Regimento Interno, que seja enviada moção de congratulação ao comandante da guarnição da Polícia Militar de Itaporã, o primeiro-sargento Nivaldo Nunes Nogueira, e ao segundo-sargento Luiz Gonçalves de Oliveira, componente da mesma guarnição, pela atuação no incêndio de

grande proporção ocorrido no dia 5 do corrente mês na área central de Itaporã. Em atitude de extrema coragem, os militares salvaram a vida de uma senhora de 76 anos. Era o que eu tinha. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente. Eu vim apresentar algumas indicações e alguns requerimentos; mas, antes, quero fazer um comentário sobre o tema que foi debatido aqui. De fato, nós precisamos de paz, precisamos propagar o amor, precisamos ter uma política humanizada. Desejar a morte das pessoas é algo com que não concordo. Agora, é importante lembrar que recentemente o senador Plínio Valério, do PL, disse publicamente que não sabe como conseguiu ficar ouvindo a ministra Marina da Silva falar sem querer enforcá-la. Atitude bastante agressiva contra uma mulher. Recentemente, o deputado Gilvan da Federal, do PL, desejou publicamente a morte do presidente Lula. Recentemente, aconteceu um processo de golpe contra a nossa presidenta Dilma, um processo de ódio às mulheres, um processo em que foi estimulada a misoginia, e a misoginia interfere na vida das mulheres em todos os lugares. E nós temos que lembrar que o Bolsonaro está sendo acusado de ser um dos mentores do golpe que tinha como projeto matar o presidente Lula. Portanto, se vamos falar aqui em vida, em amor e em política séria, temos que pedir a cassação de todos esses deputados, senadores e servidores públicos que desejaram a morte das pessoas do PT, tanto do presidente Lula quanto da presidenta Dilma. Bem, mas eu vou apresentar agora um requerimento de informações. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Energisa, senhor Paulo Roberto dos Santos, solicitando o seguinte: "Que seja apresentado relatório detalhado sobre as interrupções no fornecimento de energia elétrica ocorridas nos municípios de Corumbá e Ladário referente aos três últimos anos, bem como do primeiro trimestre deste ano, contendo no mínimo o quantitativo de ocorrências por região, frequência das interrupções, duração média de cada interrupção até a efetiva solução dos problemas, bem como os investimentos e melhorias efetuados na referida rede de distribuição." Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Energisa, senhor Paulo Roberto, solicitando a substituição dos postes de madeira existente na zona rural dos municípios de Corumbá e Ladário, com prioridade aos assentamentos rurais, apresentando o cronograma com as localidades atendidas e os respectivos prazos de execução. Essas demandas nos foram apresentadas em audiência pública realizada em Corumbá. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.



DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, colegas parlamentares, senhoras e senhores, bom dia. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à servidora Nilda Rodrigues da Silva Moreira, da Universidade Federal, minha colega, que, ao longo de cinquenta e três anos, muito se dedicou à educação, e agora, triste, teve de se aposentar. Saiu uma matéria no Campo Grande News em homenagem a ela pelo seu longo tempo dedicado à Universidade Federal. Ademais, quero apresentar um projeto. No mundo inteiro, e no Brasil, portanto, não é diferente, a quantidade de crianças com o transtorno tem aumentado muito. Diante disso, nada melhor do que o Estado oportunizar aos pais meios de ajudar as crianças não somente em suas residências, mas também no ambiente escolar. Portanto, este projeto de lei visa: "Criar um programa que viabilize a produção e a disponibilização de conteúdos audiovisuais, informativos e educativos, com abordagens de temas específicos, incluindo as seguintes orientações: 'Compreensões sobre o Transtorno do Espectro Autista e suas características; estratégias de comunicação e interação com pessoas autistas; métodos de estimulação e desenvolvimento de habilidades; manejo de crises e comportamentos desafiadores; direitos da pessoa com TEA e da família'. Os vídeos deverão ser elaborados por profissionais especializados, médicos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, psicólogos, pedagogos e assistentes sociais, garantindo informações atualizadas e baseadas em evidências científicas. O conteúdo será disponibilizado gratuitamente por meio de plataformas digitais, aplicativos governamentais e redes sociais. O Poder Executivo poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas para a implementação do programa." Era o que eu tinha. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, servidores da Casa, todos que prestigiam a nossa Sessão, imprensa, bom dia. Quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, ao senhor Daniel Paulo Nunes Escobar, prefeito do Parque dos Poderes, por cópias autônomas, solicitando a reforma completa dos banheiros públicos do Parque das Nações Indígenas, que se encontram em péssimo estado de conservação. A presente solicitação tem como base as reclamações da população que chegaram ao nosso gabinete, com relatos e registros fotográficos, demonstrando as condições precárias dos sanitários. Também vou apresentar aqui o ofício que estou encaminhando a Vossa Excelência referente ao nosso relatório e à denúncia ao Ministério Público Estadual com relação à concessão da rodovia BR-163/MS para a CCR MSVia. Eu vou ler: "Ofício ao

presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, senhor deputado estadual Gerson Claro Dino. Assunto: entrega de Relatório de Trabalho da Comissão. Senhor presidente, cumprimentando cordialmente, sirvo-me do presente para, em nome da Comissão Temporária para Acompanhamento da Concessão da BR-163/MS, instituída por meio do Ato nº 73/2024 desta Casa de Leis, encaminhar formalmente o relatório da comissão e a respectiva denúncia, com pedido de providências e medida cautelar a ser dirigida ao Ministério Público Federal, em razão das graves irregularidades e descompassos constatados no processo de execução contratual e proposta de repactuação da concessão da rodovia BR-163/MS. Os documentos anexos detalham as evidências levantadas pela comissão ao longo das diligências realizadas, incluindo as oito audiências públicas em diversos municípios diretamente afetados, análises de documentos oficiais da Agência Nacional de Transportes terrestres, Infra S.A, TCU e da própria concessionária, além de manifestações da sociedade civil e autoridades locais. Considerando a relevância institucional da matéria e a urgência das medidas requeridas, solicitamos que Vossa Excelência, na qualidade de presidente deste Parlamento, delibere sobre o encaminhamento oficial dos referidos documentos ao Ministério Público Federal, organizando, se possível, ato público de entrega, com a participação dos parlamentares, prefeitos, vereadores e representantes da sociedade civil organizada, conforme sugerido no relatório. Sem mais para o momento, renovamos nossos protestos de elevada estima e consideração." Anexos, senhor presidente, seguem o relatório, a apresentação da denúncia e a representação ao Ministério Público Federal. Os pedidos apresentados são os seguintes: "Diante do exposto, com base nos elementos de fato e de direito aqui apresentados, requeremos ao Ministério Público Federal: 1- A suspensão imediata do leilão de repactuação da concessão BR-163/MS previsto para ocorrer na B3 em 22 de maio de 2025, até que sejam esclarecidas todas as irregularidades aqui apontadas. 2 - A instauração de procedimento investigatório com realização de perícia técnica e contábil destinada a: a) verificar a inadimplência da concessionária com relação ao contrato de concessão original; b) levantar os valores efetivamente investidos pela CCR MSVia, separando Capecs, que são os investimentos em infraestrutura, e Opecs, que são os cursos operacionais; c) apurar os recursos obtidos por meio de financiamento público, BNDES, Caixa Econômica Federal, e sua destinação; d) atualizar o valor do excesso tarifário não aplicado e das multas perdoadas ou compensadas via TAC Multas; e) recomendar que eventuais valores recuperados sejam destinados à realização de obras de travessia urbana nos municípios mais afetados por acidentes e mortes na rodovia. 3 - A determinação de cumprimento integral do Contrato de Concessão nº 05/2013, com a retomada das obras previstas no escopo original, especialmente na duplicação dos 656,3 quilômetros restantes. 4 - A apuração de eventual responsabilidade civil, administrativa e penal, se for o caso. 5 - A suspensão temporária do pedágio, senão, ao menos, a redução no patamar inicialmente

determinado pela ANTT, em razão do descumprimento do cronograma de obras, até que se tenha o devido esclarecimento sobre os pontos apontados na presente denúncia e representação." Portanto, senhor presidente, este é o relatório. Estamos concluindo o trabalho da comissão formada pelos deputados Mara Caseiro, Pedro Kemp, Pedrossian Neto, Caravina e eu. Passamos o relatório às mãos de Vossa Excelência para as providências necessárias. Cumprindo o nosso dever, enquanto representantes da sociedade sul-mato-grossense, fizemos o relatório, apontamos os encaminhamentos e apresentamos a presente denúncia e a presente representação. Esperamos respostas. Nós fizemos o que nos foi confiado por esta Casa. Esperamos que o Ministério Público Federal tome as providências legais, cabíveis e aplicáveis ao caso. Era isto, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, eu quero parabenizar Vossa Excelência e toda a comissão pelo trabalho. Vamos fazer oficialmente o encaminhamento. Nós pensamos em marcar uma reunião com os prefeitos. Todavia, devido ao adiantamento do prazo, teremos que ver como faremos. Mas esta Mesa tomará as devidas providências. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares e todos que se fazem presentes. Antes de mais nada, quero registrar meus sentimentos aos familiares e em especial à Gi, esposa do Edinho, que faleceu hoje de manhã. O deputado Antonio Vaz já apresentou a moção, ela já foi transformada em nome da Casa. Então eu quero falar do trabalho Edinho. Ele foi um grande parceiro lá em Bela Vista, foi um servidor público de muita responsabilidade, foi chefe do Detran, e agora estava no seu segundo mandato de vereador, era o presidente da Câmara de Vereadores. Ele estava tão feliz, fazendo um excelente trabalho. Ele fez uma revolução na Câmara de Vereadores. Embora a partida dele tenha sido muito precoce, eu sei que ele deixou um legado de excelente pai, filho, marido, servidor público e agente político. Que Deus o acolha em seus braços. Que Deus conforte a família enlutada. Bom, agora, presidente, eu vou apresentar um projeto. "Projeto de lei. Artigo 1º - Esta lei estabelece diretrizes para a promoção da saúde nas escolas do Estado de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de promover a saúde física, mental e emocional dos estudantes, por meio de ações de educação, prevenção e atenção à saúde. A promoção da saúde nas escolas poderá ser implementada por meio de ações e programas que envolvam a educação para a saúde, a prevenção de doenças, a promoção de hábitos saudáveis e atenção à saúde integral dos estudantes. São diretrizes para a promoção da saúde nas escolas: a promoção de um ambiente escolar saudável e inclusivo; a integração de ações de saúde com as atividades educacionais; a valorização da saúde mental e emocional dos estudantes; a formação e

capacitação contínua de profissionais de educação e saúde para o desenvolvimento de práticas que promovem o bem-estar dos estudantes; a conscientização sobre a importância da alimentação saudável, da atividade física e da prevenção das mais variadas doenças, especialmente as que mais acometem a população. As escolas estaduais poderão implementar programas e ações voltados à promoção da saúde dos estudantes, tais como: ações e programas educativos sobre alimentação saudável, prevenção dos variados tipos de doenças e saúde mental e realização de atividades físicas regulares..." Senhor presidente, é fato conhecido que o ambiente escolar como espaço de aprendizado e convivência social possui um papel primordial na formação integral dos alunos. Dessa forma, a escola não é apenas um local de transmissão do conteúdo programático, ela é um verdadeiro espaço para disseminação dos mais variados conhecimentos. Assim, não há dúvida de que ela é o ambiente adequado para difusão de ações voltadas à promoção da saúde física, mental e emocional dos estudantes. Neste cenário, é importante que o Estado de Mato Grosso do Sul adote medidas que unam a educação e a saúde, com vistas a criar condições para que os estudantes possam receber as devidas orientações para a promoção da saúde e prevenção de doenças. Senhor presidente, eu trago também uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, com fundamento no artigo 173, inciso XVI, do Regimento Interno desta Casa de Leis, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à competente equipe do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, composta pelos policiais abaixo dominados, pela bravura e heroísmo demonstrados na operação de salvamento realizada em decorrência do gravíssimo acidente ocorrido na BR-267, em Nova Alvorada do Sul, no dia 13 de abril do corrente ano. Graças à rápida e eficiente atuação da equipe, quatro vidas foram salvas. Os militares que participaram da operação foram os seguintes: segundo-tenente Almeron, terceiro-sargento Celso, terceiro-sargento Ferreira, cabo Edmar, cabo Thiago, cabo Silvestre, soldado Ricardo, soldado Pacheco, soldado Luna, soldado Rufino, soldado De Oliveira e soldado Santana. Para justificar o intento da presente moção de congratulação, segue anexo um trecho da matéria jornalística publicada no site de notícias MS em Foco, que evidencia a atuação da equipe. Uma colisão frontal entre um veículo Celta e um caminhão prancha deixou três pessoas gravemente feridas e uma vítima fatal. Os policiais iniciaram os primeiros socorros e, em parceria com a Polícia Rodoviária Federal, realizaram as primeiras ações, inclusive desencarceramento e aplicação de torniquete em uma das vítimas, ação foi fundamental para manter a vítima estável até a chegada do resgate especializado. Era o que eu tinha. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vamos em frente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: quatro indicações (Prot. nºs 01105/2025, 01170/2025, 01168/2025, 01106/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 01171/2025). De autoria do deputado Coronel David: oito indicações (Prot.



n^{os} 01132/2025, 01133/2025, 01134/2025, 1131/2025, 01130/2025, 01129/2025, 01128/2025, 01127/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 01126/2025). De autoria do deputado João Henrique: um requerimento (Prot. nº 1175/2025); um projeto de lei (Prot. nº 1135/2025). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 01159/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 01161/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 01176/2025). De autoria do deputado Junior Mochi: três indicações (Prot. n^{os} 01178/2025, 01177/2025, 1179/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 01144/2025); um projeto de lei (Prot. nº 1180/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: sete indicações (Prot. n^{os} 01142/2025, 1141/2025, 01140/2025, 01136/2025, 1120/2025, 1119/2025, 1118/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 01121/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 1122/2025). De autoria do deputado Lucas de Lima: um projeto de lei (Prot. nº 01112/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: quatro indicações (Prot. n^{os} 01173/2025, 1139/2025, 1138/2025, 01137/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 01174/2025); um projeto de lei (Prot. nº 01172/2025). De autoria do deputado Marcio Fernandes: duas indicações (Prot. n^{os} 01115/2025, 01113/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 01166/2025); um projeto de lei (Prot. nº 01114/2025). De autoria do deputado Neno Razuk: duas indicações (Prot. n^{os} 01157/2025, 1156/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 1111/2025). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção de congratulação (Prot. nº 01163/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 1143/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: quatro indicações (Prot. n^{os} 1165/2025, 01164/2025, 01117/2025, 1116/2025); dois requerimentos (Prot. n^{os} 01167/2025, 1169/2025). De autoria do deputado Pedrossian Neto: duas indicações (Prot. n^{os} 01147/2025, 01146/2025). De autoria do deputado Professor Rinaldo: duas indicações (Prot. n^{os} 1155/2025, 01152/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 1154/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: seis indicações (Prot. n^{os} 01110/2025, 1109/2025, 01108/2025, 1107/2025, 01104/2025, 1103/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação (Prot. nº 01158/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 01162/2025). Encerrado o Pequeno Expediente. Quero lembrar aos senhores deputados que nós já demos início à campanha 'Seu Abraço Aquece 2025', que vai até ao dia 20 de maio. A Assembleia Legislativa é parceira nesta iniciativa. A Casa é um importante ponto de coleta. Ano passado, a Assembleia arrecadou 1.442 peças, contribuindo significativamente para o sucesso da ação. Ano passado, a campanha alcançou a marca de 189 mil peças doadas. Peço aos deputados que envolvam suas digníssimas esposas nesta campanha. Vamos fazer a doação de muitos cobertores e outras peças este ano. Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Nós temos quinze minutos. Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu quero falar sobre o 'Desenrola Brasil' no município que Vossa Excelência representa, Sidrolândia. Teremos duas ações, uma de manhã e outra depois do almoço. Portanto, quero justificar minha ausência na sessão de

amanhã. Como eu sou presidente da Comissão de Agricultura Familiar, vou participar dessas duas atividades. E quero pedir licença para me ausentar desta Sessão e das demais atividades deste dia, porque tenho uma reunião agora na Caixa Econômica para tratar da habitação das comunidades indígenas. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Apenas para justificar a ausência do deputado Paulo Duarte, que está em Corumbá acompanhando o vice-governador, Barbosinha, na inauguração de duas escolas que foram reformadas recentemente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente e colegas parlamentares, eu vim falar sobre a Cassems. Nessas buscas e pesquisas que temos feito, estamos fiscalizando, estamos descobrindo algumas falcatruas, outras inconsistências, bem como a aplicabilidade de alguns conceitos. Eu descobri, agora, que o presidente da Cassems é "trans". Ele é transsocialista, senhor presidente. Ele se sente um socialista de esquerda, mas age e vive com a riqueza e a luxúria do capitalismo. Mas, agora, o que acontece é que a cara de pau dele, senhor presidente, não pode ser consertada com nenhum preenchimento, com nenhum botox, com nenhuma harmonização facial. Isso tudo não é capaz de corrigir e consertar... Na verdade, é preciso muito óleo de peroba para hidratar aquela cara de pau. E digo isso, senhor presidente, porque quando nós denunciemos o começo dos desvios, da falta de prestação de contas da Cassems, na madrugada deu um problema na T.I da instituição, ele foi para lá. O contrato de que nós precisávamos e o qual a Cassems tinha disponível firmado com aquela empresa picareta de Maringá, a Suda Odontologia, que faliu, desapareceu, ninguém viu. A Justiça procura até hoje o contrato. Ocorre que deu uma pane no sistema. Agora ele convoca uma assembleia geral, ditatorial, ilegal, somente pela convocação virtual, sem estar numa pandemia, sem estar em estado de calamidade, de sítio, para não ouvir as críticas das pessoas, senhor presidente, que se organizaram e que se organizam para ir lá mostrar que ele errou, que faz uma gestão equivocada, que a Cassems vai mal, senhor presidente, que o serviço não é bom, que as empresas associadas direta e indiretamente com esse presidente estão extraindo recursos da Cassems de maneira fraudulenta. Então, no

momento de ele prestar contas, bastou a gente publicar nas nossas redes sociais que iríamos, deputado Caravina, acompanhar a assembleia de modo virtual, milhares de pessoas, apesar de não concordarem com essa plataforma exclusivamente virtual, começaram a se cadastrar. Imagina aquele sistema maravilhoso que foi filmado nas redes sociais do presidente, aqueles hubs, aqueles geradores, aqueles computadores, que gerenciam informação, um orçamento de 1 bilhão por ano... Um simples cadastro na rede social, porque nós temos no Instagram, no Facebook, mil, dois mil, quarenta e quatro mil seguidores, mas há muito mais usuários com vontade de participar e de se cadastrar. Quando viram a quantidade de pessoas, caiu o servidor, deputado Antonio Vaz, impedindo as pessoas de participarem da reunião. As pessoas com certeza vão rejeitar as contas daquele que quer aprová-las, sair da Cassems e colocar lá o seu laranja da Onco Vitta, o Fabrício Colacino, e talvez vir cruzar a fronteira aqui, tentar uma secretaria de saúde ou algum cargo, não sei o que ele pretende. Mas as urnas têm poder para dar uma resposta a ele. Eu digo, senhor presidente, que são contratações suspeitas e que a bandidagem impera na Cassems, deputado Zé Teixeira, porque esta Casa outorgou a ele 60 milhões de reais, deputado Marcio Fernandes. O presidente Gerson Claro é testemunha ocular, deu-me guarida e impôs que aquele senhor prestasse conta, deputado Londres Machado, dos 60 milhões que foram doados à Cassems. E ele não cumpriu a determinação desta Presidência, deste Plenário. Ele não consegue explicar onde gastou dez, vinte milhões de reais. Não mostra os contratos que foram empenhados, face à totalidade desses 60 milhões de reais. Bandido! Bandido! Ladrão! Quem pega 60 milhões do poder público, deputada Lia Nogueira, recurso doado por esta Casa, e não diz onde colocou o recurso, onde empenhou, não presta contas... E, detalhe, a emenda, Vossa Excelência a assinou, deputada Lia, é de autoria deste parlamentar. Quando nós doamos o recurso, eu votei favorável, com a condição de que a minha emenda passasse. Deu a maior confusão, porque a minha emenda determinava que ele prestasse contas. Aí, você pede a prestação de conta dos 60 milhões, e ele não presta. Agora veja, deputada Lia Nogueira...

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não concedo porque meu tempo é pequeno e eu tenho muita coisa para dizer sobre aquele senhor. Perdão. Se me sobrar tempo, eu prometo que passo a palavra a Vossa Excelência. Como eu estava dizendo, ele não consegue prestar contas dos 60 milhões de reais. É preciso, deputada Lia, lembrar que o orçamento daquele senhor é de 1 bilhão de reais por ano. Valor similar a todo o recurso arrecadado do Fundersul, e ele não tem nenhum poder para prestar contas desse montante. Não tem Ministério Público, não tem Assembleia. Tem agora a Assembleia, porque nós emprestamos o recurso. Eu digo face ao orçamento total. Agora vamos analisar um dos contratos, deputada Lia, da empresa Suda Odontologia e do seu mandatário,

representante laranja, titular, aqui no Estado de Mato Grosso do Sul, que pegou um contrato, deputada Lia, faça a conta, para chegar a 205 mil vidas atendidas nesse contrato, deputado Junior Mochi, a 45 reais o titular. 205 mil vidas, deputado Caravina, vezes 45 reais. O contrato sumiu naquela pane misteriosa que ocorreu nos servidores da Cassems, depois voltou aparecendo que, sem nenhuma autenticação, sem nenhuma prova de que o contrato foi realizado, dos 45 reais, a 26 reais, 22 reais. Isso vezes 205 mil vidas, decididas em Assembleia, face a duzentas, trezentas pessoas que sempre foram apaniguadas daquele senhor. Mas hoje tem a participação popular. Vejam! 200 pessoas decidiram a vida de 205 mil pessoas. E ele não apresenta o contrato a esta Casa. E aí diminuiu o valor para 22 reais, 26 reais, com desconto, com uma carência, deputada Lia, no contrato, de 6 meses, valores esses que foram cobrados das pessoas. Quando você confronta, deputada Lia Nogueira, esse contrato, nota que ele não estava sendo cobrado por força de convenção direta, mas o valor foi repassado aos titulares da Cassems. Agora, o que choca, deputado Coronel David, é que foram contratados para aquela empresa de picareta, de bandido, que foi tocada do Paraná, 22 reais, 26 reais, e quando se faz um orçamento com empresas qualificadas, que estão atuando no mercado, seguradoras que oferecem maiores garantias, deputada Lia Nogueira, porque não têm de lidar com inadimplências, porque o valor é descontado na folha dos servidores, o valor é bem menos, é 6 reais, 7 reais, 8 reais. Então, não seria estranho o Jefferson, mandatário da Sudano em Mato Grosso do Sul (porque a gente cruza as empresas e chega a essa pessoa), estar com diversas ações cíveis, praticamente quebrado, falido, assumir uma empresa que nunca foi do ramo, constituída sem nenhuma credencial, deputada Lia, para pegar esse contrato. A empresa foi feita da noite para o dia, e de repente conseguiu um contrato mensal de vinte e poucos milhões de reais. E esse senhor, que estava falido, ou está, aparentemente, devendo mais de 7 milhões em Chapadão do Sul, em Maracaju, em Sidrolândia, do dia para a noite se tornou milionário. Ele compra terrenos, três, não é um não. Apesar de o presidente da Cassems, como servidor estatutário, ter um salário de 8 mil reais, também comprou um terreno no Alphaville II e está construindo uma mansão de três, quatro pavimentos, com 40, 50 funcionários. Eu acho que a questão de comprar dois, três terrenos em grande condomínio é de quem está lá dentro da Cassems, ganhando 10 mil, 12 mil reais. E me aparece esse senhor comprando uma Mercedes 63 A MG, carro de que eu nunca ouvi falar. Só sei que hoje custa 2,5 milhões de reais. E o cara estava falido antes de pegar um contrato desse. É brincadeira! E esses contratos estarão implicitamente numa prestação de contas, deputada Lia, para ser aprovado em assembleia geral, que se convoca de maneira virtual, porque já sabe que há uma oposição que nos escuta e que estará na assembleia rejeitando as contas, principalmente se não for feita a exibição desses contratos. Sem falar de câncer, de diagnóstico, de publicidade. Vejam que ele não presta contas à Assembleia Legislativa, que deu recursos à Cassems. E aí quando a gente faz a cronologia, nota que essas empresas,

a Oncovitta, do sócio oculto do Ayache, do transsocialista, do trans, do trans Ayache, nota que eles têm imóveis em sociedade, têm rancho, têm casa, têm empresa trabalhando dentro da Cassems, sendo sócia do titular, do presidente. Isso é o cúmulo da imoralidade! O Banco Cassems, deputado Lia, não existe. O banco pega uma empresa chamada Bypass, By alguma coisa, que usa a autorização de uma terceira empresa que tem a autorização de um banco para operar, e não tem autorização do Banco Central para operar. É uma fraude. É mais um contrato com três, quatro empresas para instituir um banco que não existe. A Cassems não tem banco. Eu gostaria de ter mais tempo para falar aqui do trans que move diversas ações contra mim, que já perdeu algumas, mas eu estou fazendo uma coisa aqui, deputada Lia, eu estou oferecendo uma denúncia ao Ministério Público Estadual, ao Ministério Público Federal, pela competência da Agência Nacional Suplementar e de algumas verbas recebidas que assim entendo. Estou colocando as provas que tenho em mãos, rogando que vocês parlamentares se somem a mim na CPI para exercermos o nosso poder de investigação. Eu já tenho algumas assinaturas. Eu apresento a documentação a quem quiser ver. Mas não vou aguardar mais. Eu vou soltar um pouco dessas informações ao Ministério Público, para que ele me auxilie, enquanto esta Casa não abre os olhos para ver esse mar de corrupção, de lama, de vergonha. Causa asco ver alguém tirar recurso da saúde pública, enquanto um servidor que preside a Cassems, que recebe um salário de 8 mil reais, está milionário, sem justificar o seu patrimônio, as vendas de terreno, inclusive o do hospital, e como foram feitas as comissões. Eu digo isso aqui na tribuna, excelências, porque tenho como provar absolutamente tudo. Eu vou fornecer tudo isso aos senhores que quiserem assinar comigo a CPI da Cassems, que vai acontecer. Depois vou enviar o documento ao Ministério Público. Na última audiência pública feita com a presença daquele senhor, ele perdeu todas, todas as proposições que colocou em pauta. Este é um recado a Vossas Excelências. Ele perdeu a força que vendia que tinha. Ele é sim um estelionatário eleitoral. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o quórum.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, com vinte e três deputados presentes, há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Por solicitação do deputado Zeca do PT, eu consulto os senhores sobre o acordo de lideranças, para que possamos acelerar o projeto que trata da certificação da agricultura familiar... Aprovado. Passemos às matérias pautadas. Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 002/2025. Autor: Ministério Público. "Altera a Lei Complementar nº 72 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul), a inclusão do artigo 231-B, a fim de



instituir normas de transição com relação à ampliação do prazo e de restrição de promoção e remoção na carreira do Ministério Público." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração foi favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento foi favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 002/2025, de autoria do Ministério Público.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.



DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Projeto de lei. Solicito saber se o deputado Paulo Corrêa está no plenário virtual?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Bom dia, presidente. Bom dia, senhores deputados. Eu estou participando da Sessão.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 049/2025. Autor: deputado Paulo Corrêa. "Institui o Dia S, de valorização e reconhecimento ao Sistema Fecomercio/Sesc/Senac/IPF e Sindicatos filiados à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul (Fecomercio-MS), a ser comemorado, anualmente, no dia 16 de maio." A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Professor Rinaldo. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar o voto dos senhores deputados.

Projeto de Lei nº 049/2025, de autoria do deputado Paulo Corrêa.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Professor Rinaldo (Podemos).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.



DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente.
Item 3...

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Quero apenas agradecer os votos dos colegas em nome do senhor Edson, da Fecomercio.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 289/2024. Autor: deputado Junior Mochi. "Institui a

arara-azul (*anodorhynchus hyacinthinus*) como ave símbolo do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Neno Razuk.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, quanto à solicitação de quem diz que só vota se eu falar *anodorhynchus hyacinthinus*, o nome científico da arara-azul... Senhores deputados que essa foi uma solicitação da equipe da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, diante do número crescente de turistas que visitam o estado, que são observadores de aves. A arara-azul estava fadada à extinção; mas graças ao trabalho da bióloga Neiva Guedes, em parceria com a Estância Caiman, a ave saiu do rol daqueles animais que estavam prestes a entrar em extinção. Portanto, a arara-azul é um símbolo de Mato Grosso do Sul. Quando se quer, é possível preservar vidas, não só de aves, mas também de seres humanos.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

Projeto de Lei nº 289/2024, de autoria do deputado Junior Mochi.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Professor Rinaldo (Podemos).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.



DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Em discussão única e votação nominal. Projeto de Lei nº 002/2025. Autor: deputado Jamilson Name. "Define deficiência auditiva, estabelece valor referencial da limitação auditiva e altera a Lei nº 3.181, de 21 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a Política Estadual para Promoção e Integração Social da pessoa portadora de necessidades especiais." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 002/2025, de autoria do deputado Jamilson Name.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Professor Rinaldo (Podemos).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).



DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Um requerimento, onze indicações e duas moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em

votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Lembrando, senhores deputados, que amanhã a CCJR funcionará normalmente. Temos projetos que precisam de pareceres para amanhã, não é, deputado Neno Razuk? Quero agradecer a Vossa Excelência pelo empenho e pelo esmero com que faz seu trabalho. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Marcio Fernandes, em coautoria com o deputado Junior Mochi, em razão do falecimento do senhor Paulo José Barbosa. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Além da CCJR de amanhã, solicito às comissões de mérito que façam os encaminhamentos normalmente. Lembrando que no dia 22, próxima terça-feira, vamos inaugurar o nosso belo refeitório. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente e senhores deputados, eu vou usar esta tribuna por poucos minutos. Eu fico observando os debates que acontecem nesta Casa e vejo que o assunto, muitas vezes, é levado para o lado pessoal. Eu ouvi com atenção a fala de um colega a respeito da Cassems, pedindo explicação sobre por que não se prestou contas dos 60 milhões que o Governo repassou para a Cassems. Eu quero dizer que está em tempo ainda de Vossa Excelência, como presidente da Casa, tomar providências. Nós votamos aqui para que fosse feito um empréstimo ao órgão, e não à pessoa. Quem teria que explicar onde investiu os 60 milhões seria a Cassems, não a pessoa que dirige a Cassems. É evidente que tem uma diretoria. Vossa Excelência pode fazer um requerimento pedindo explicações e prestação de contas referentes aos 60 milhões. Outra coisa, quero lembrar de quando os hospitais, tanto públicos quanto privados, abriram as portas para atender a população, no período da Covid-19... Eu vou dar um testemunho sobre o hospital que eu ajudei a fundar, há mais de cinquenta anos, em Dourados, deputada Gleice Jane, que é o Hospital Santa Rita. Aquela unidade de saúde abriu as portas e atendeu a Cassems. Hoje, ela se encontra lá com uma dívida de 60 milhões de reais, talvez porque não tenha recebido o recurso que gastou na época da Covid. E a Cassems, segundo informações, teve uma despesa no tempo da Covid. E quem tem de dar explicações com relação a isso é o presidente da Cassems. Estamos falando de uma despesa de 190 milhões de reais e de um hospital que atende praticamente de 70 mil funcionários públicos. A Cassems tem onze hospitais aqui no estado, inclusive o de Dourados, os quais atendem esses 70 mil funcionários. A unidade de Dourados é a melhor da história daquela cidade. O Hospital da Cassems é exemplo e tem atendido muitas coisas particulares também. Eu posso citar como exemplo a área de oncologia. A Cassems participou da licitação, ganhou e administra a área de oncologia em Dourados. Então, eu não estou defendendo a pessoa. Se ele comprou avião, barco, terreno, lancha do homem da cabeça branca, ele tem que prestar

conta disso. Ele tem de prestar conta do que é dele. Mas ele prestou conta, até porque ele tem que colocar tudo no Imposto de Renda. Se você comprar este copo, por exemplo, você tem de colocá-lo na declaração...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Um aparte, deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Assim como Vossa Excelência não me concedeu um aparte, eu também não vou conceder a Vossa Excelência.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu só não concedi um aparte ao senhor por conta do tempo.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Um aparte?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Pois não, deputado.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — O senhor comentou sobre a questão dos 60 milhões. Eu era secretário de Governo na época em que houve esse aporte à Cassems. O recurso foi repassado não para novos procedimentos, não para novas ações, foi repassado para recompor a despesa contraída no período da covid-19. E não dá para negar que a Cassems auxiliou, naquele período, o próprio SUS. A quantidade de atendimentos estava muito grande. Então, os 60 milhões foram encaminhados para isso. O valor foi autorizado e foi direcionado, na época, para a Cassems cobrir as despesas que acumulou. E como o senhor disse, a Cassems tem diretoria, tem conselho, os quais existem para analisar as contas da instituição. E não se pode negar os avanços da Cassems em Mato Grosso do Sul. O senhor falou da construção de hospitais e do atendimento que vem sendo feito lá. Hoje, sem dúvida, a Cassems é o grande plano de saúde dos servidores públicos e de suas famílias. Como bem mencionado pelo deputado João Henrique, mais de duzentas mil vidas são atendidas. Então, eu só quero destacar que o Governo repassou o recurso para a Cassems cobrir as despesas que acumulou na época da pandemia. Obrigado, deputado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Eu incorporo o aparte de Vossa Excelência ao meu pronunciamento. Quando a gente usa a tribuna para entrar em questões pessoais de quem quer que seja, é preciso ter cautela. A pessoa tem que dar explicações sobre o que ela adquire para a Receita Federal, na declaração do Imposto de Renda. Agora, se a Cassems tivesse comprado terreno, avião, lancha etc., seria outra história. Eu não estou aqui advogando para ele, eu estou advogando para o serviço que o hospital presta. Hoje mesmo eu liguei para o Ayache para falar sobre um funcionário do Estado que pediu cedência para a prefeitura, com ônus para a prefeitura. A Prefeitura de Dourados não tem convênio com a Cassems, ou se tem, ele não pode ir para lá, porque lá não acolhe os dependentes. O funcionário disse: "Olha, eu não tenho mais como pagar a minha mensalidade através de débito em conta, eu preciso que Vossa Excelência abra um

precedente para que eu pague por meio de boleto, porque eu quero permanecer com a Cassems." É uma coisa normal. O rapaz não quer deixar de pagar, ele quer apenas pagar de outra forma. Ele é funcionário do Estado há trinta e cinco anos, não quer mudar do plano de saúde do Estado para o plano da Prefeitura. E ele foi prontamente atendido. E quantas portas o diretor da Cassems tem aberto para as pessoas lá no hospital em Dourados? Eu mesmo fui lá e paguei, mas fui atendido com dignidade, porque a unidade tem os melhores equipamentos que existem para fazer exames. Então, eu acho que se há erro, se há falha, se roubou, não é nem caso de se instaurar CPI, é caso de pegar os documentos e ir ao Ministério Público. É evidente que o Ministério Público vai abrir um procedimento e se aprofundar no caso. Mas se ele for abrir procedimento sobre tudo o que acontece em Mato Grosso do Sul, e no Brasil, ninguém mais vai trabalhar lá, porque vai ter que abrir procedimento todo dia. Todo dia tem denúncia, todo dia tem dúvida, todo dia tem comentário a respeito de pessoas. Há jornalistas que escrevem todo dia que eu sou bandido, que fui preso, que meu filho é sócio de não sei quem, que deve um monte de dinheiro. Ora, a vida da gente está aberta para ser investigada! Então, com relação ao pronunciamento do deputado João Henrique, meu colega, a quem respeito, a gente está só conversando, quero destacar que eu não estou aqui advogando para ninguém. Eu nem sei onde o Ayache mora, eu só tenho o telefone dele porque ele me atende. Mas eu vou lhe dizer uma coisa, caro deputado Caravina, é difícil pagar pelo que não deve. A imprensa ouve o que é dito, escreve, e a pessoa que paga o preço. É preciso separar o joio e do trigo. Uma coisa é pedir fiscalização em cima da pessoa física, do gerente da Cassems, outra coisa é pedir explicação à Cassems. Então, tem que solicitar uma reunião com o presidente, com a diretoria da Cassems, e fazer com que ele preste contas. É só fazer o requerimento, e ele é obrigado a prestar esclarecimento sobre tudo isso que está sendo apontado aqui nesta tribuna. Este é meu ponto de vista. E quero deixar bem claro aqui, presidente, que eu não estou advogando para ninguém, eu estou falando apenas de justiça. Até porque eu respeito a pessoa do Ayache, porque ele tem atendido algumas demandas que apresentamos a ele. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu quero fazer um esclarecimento com relação especificamente aos 60 milhões que foram autorizados por esta Casa. Houve prestação de contas. Eu estou mentindo, deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — O senhor pode concluir, depois eu vou pedir a palavra, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — OK. Houve prestação de contas a esta Casa. Está à disposição. Não concordar com a prestação de contas é um direito seu, mas dizer que não houve prestação de contas é faltar com a verdade. A Cassems prestou contas dos 60 milhões de reais. Esta Casa deixou à disposição dos

deputados e da Comissão de Saúde. A documentação foi apreciada pela comissão, que fechou o relatório e o encaminhou ao Tribunal de Contas. Nós temos o ofício de encaminhamento do documento ao Tribunal de Contas, especificamente sobre os 60 milhões de reais.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu vou retificar a informação de Vossa Excelência, porque em cima de um requerimento que este parlamentar fez não foram prestadas as contas conforme a lei. A lei determinou que a prestação de contas viesse acompanhada dos contratos e das notas fiscais. Foi a emenda que este parlamentar fez. E Vossa Excelência me apoiou no requerimento e determinou que o presidente da Cassems apresentasse os documentos; e ficou faltando informações com relação a 10 ou 20 milhões de reais. Eu disse exatamente isto na tribuna. Então, a prestação de contas tem de ser feita de acordo com a lei que nós aprovamos. E isso não foi feito. Na sessão de amanhã eu posso trazer essas informações, porque estou judicializando o caso, para que sejam prestadas as contas de acordo com o que esta Casa estabeleceu para conceder esses 60 milhões. Isso que eu estou dizendo a Vossa Excelência...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vossa Excelência não concorda com a forma, mas reconhece que foi feita a prestação de contas?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu reconheço...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Foi feita ou não foi feita, deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — ... que não foi feita a prestação de contas...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não. Para você não.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não foi feita.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — A forma eu não estou discutindo. Eu quero saber se veio a prestação de conta ou não.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Presidente, enviar a prestação de contas sem...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Veio ou não veio, deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Para mim, não veio, presidente...



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ah! Para você, não veio.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) —... Não conforme a lei que foi aprovada nesta Casa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — De novo, para esclarecer, veio a prestação de contas, ela foi encaminhada à comissão, os anexos solicitados inclusive por esta presidência foram deixados à disposição no sistema indicado pela Cassems, e nós encaminhamos o relatório ao Tribunal de Contas. Dou este assunto por encerrado. Quem não concorda, pode recorrer ao Poder Judiciário. Deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Eu vou falar de outro assunto. Quero registrar que, se nós temos atualmente no agronegócio a grande atividade econômica do Brasil com relação às commodities, nós devemos isso à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, que tem feito muitas pesquisas ao longo dos seus cinquenta anos. E hoje, exatamente hoje, a Embrapa comemora 50 anos de existência. Parabéns à Embrapa por tudo o que proporcionou ao Brasil através de pesquisas. Acho que a gente deveria registrar em nome da Casa os parabéns à Embrapa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registro em nome da Casa os parabéns à Embrapa. Ainda nas Explicações Pessoais, com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — sem revisão da oradora — Bom dia a todas as pessoas que estão nos ouvindo. Presidente, hoje foi debatida aqui a questão da Cassems, e eu acho que a gente deveria aproveitar o momento e fazer um debate sobre a saúde de todas as pessoas do nosso estado, sobre a saúde pública e também sobre todos os planos de saúde. Eu tenho bastante preocupação com a falta de médicos, com a falta de reserva de mercado da Medicina hoje no estado. A gente percebe que há dificuldades nos planos de saúde, no serviço público, enfim. E acho que é um dever nosso debater também o SUS e suas dificuldades, para podermos intervir no processo de atendimento às pessoas. Sobre a Cassems, especificamente, acho que os próprios servidores estão debatendo isso internamente nas assembleias da Cassems. Acho que esta pauta cabe aos servidores. Vários servidores me disseram que achavam importante fazer uma assembleia on-line. Então, se o presidente atendeu à solicitação referente à assembleia on-line, pode ter atendido à reivindicação dos próprios servidores. Então, é importante obter mais informações sobre o processo, para não ficar aqui fazendo acusações. Eu estive presente numa assembleia da Cassems, da qual sou beneficiária, e lá eu falo como servidora pública e não como deputada. E uma das propostas que lá foram apresentadas era se deveria ou não haver eleições *adi eternas* para o mesmo presidente, e os servidores foram contra. Então, os servidores entenderam que o presidente pode continuar na função por muitos

anos. Se esta é uma decisão que cabe aos servidores, a gente precisa respeitar. Ficar aqui atacando a pessoa, sem compreender o processo, não é papel da Assembleia Legislativa...

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Deputada Gleice Jane, um aparte?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Precisamos debater com mais seriedade sobre a saúde.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Um aparte?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu já passo a palavra ao senhor, deputado. Mas outra coisa que precisamos debater aqui são as máfias que estão dentro da saúde, a máfia da indústria farmacêutica, deputado, porque a indústria farmacêutica tem trabalhado de forma desonesta no país. Eu tenho, inclusive, acompanho a situação de uma pessoa da minha família que toma uma medicação (de alto custo) que custava 1.000 reais e de repente a indústria queria aumentar o preço. Como a Anvisa não autorizou, ela simplesmente parou de produzir o remédio. Os pacientes no país inteiro ficaram em desespero e tiveram que trocar de medicação (medicação rara). E depois, para resolver a situação, a indústria aumentou o preço da medicação de 1.000 reais para 4.000 mil reais. Acho que a gente tem que debater aqui essas pautas. E essas coisas dizem respeito à Cassems, à Unimed e a todos os planos de saúde, inclusive ao SUS. Isso diz respeito também às pautas que as mães atípicas têm trazido aqui para nós. Elas estão dependendo de medicação de alto custo e precisam de apoio. Acho que o debate sobre a saúde precisa ser feito com seriedade aqui nesta Casa. Deputado Professor Rinaldo, por favor.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Eu quero agradecer a concessão do aparte e dizer que este debate sobre a Cassems vem sendo feito aqui reiteradas vezes, há muito tempo. O Ricardo Ayache veio aqui, fez a prestação de contas. Há milhares de usuários, de todos os níveis, e se existisse esse problema, todos eles estariam revoltados. A Cassems faz as assembleias, há uma comissão, o conselho fiscal, o Ministério Público. Acho que nós temos que discutir o todo. Ontem, eu fui fazer a entrega de uma emenda parlamentar para a Santa Casa, para aquisição de doze macas, sendo três para pessoas obesas, que comportam até 300 quilos; e visitei todos os departamentos da Santa Casa. Ontem, por exemplo, a prefeita foi notificada pelo Ministério Público sobre a regulação de vagas, devido à tamanha superlotação na Santa Casa. No Pronto Socorro, tanto no infantil quanto no adulto, é difícil até de se locomover, devido à tamanha lotação. Então, nós temos que discutir no geral, ir além. Vossa Excelência disse algo interessante: existem problemas em todos os setores da saúde. Nós precisamos ter um olhar humanizado para esta área. A audiência pública, deputada Gleice Jane, que nós fizemos aqui, inclusive com a presidência da Santa Casa e de todos os hospitais filantrópicos, na verdade foi

importante para expor a realidade. No caso de Campo Grande (que é tripartite e aqui quem tem gestão plena é a prefeita), verifica-se que as dificuldades são imensas, não só no que tange à saúde física. A área de saúde bucal, aliás, também precisa de amparo. E aí você vai falar com o médico, e ele diz: "Olha, o que a gente ganha no SUS por um procedimento cirúrgico é isso aqui." Ou seja, é pouco. Muitos deles, inclusive, estão se descredenciando, porque não vale a pena. Eu fui a uma consulta pela Unimed, e o médico me disse: "Eu estou te atendendo aqui pela amizade, não é nem pelo valor da consulta. Eu estou desistindo." Quando ele pega o custo operacional dos 365 dias, verifica que o valor não paga nem o custo que ele tem. Então, como Vossa Excelência disse, nós temos que discutir no macro. Temos que pautar a questão do remédio, do atendimento, da infraestrutura, enfim. E ontem eu saí da Santa Casa com pena daqueles profissionais e mais ainda dos pacientes, porque muitos deles, inclusive, estavam deitados praticamente no chão, pois a equipe de enfermagem não tem onde colocá-los. Isso precisa ser debatido com mais frequência no Parlamento. Obrigado.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Obrigada, deputado. Eu encerro este assunto dizendo que o nosso dever aqui nesta Casa é defender a saúde, em especial o SUS, que atende a maior parte da população. Acho que nós precisamos ter isso como pauta. Eu acabei usando o tempo aqui para falar disso porque a pauta veio à tona e me provocou bastante, sobretudo porque o deputado traz de forma pejorativa alguns termos, como a palavra 'trans'; e recentemente ele usou aqui a palavra 'bi', também de forma pejorativa. Isso tem a ver também com respeito à transexualidade das pessoas. Acho que nós precisamos também refletir sobre isso. Isso nada mais é do que transfobia, do que homofobia, do que discurso de misoginia. E quando a gente planta ódio, a gente não colhe amor. Hoje a pauta aqui na Assembleia foi um pouco sobre isso. E os deputados do PL estão querendo perseguir servidores que estão fazendo a mesma coisa que o PL sempre fez, que a extrema direita sempre fez, que foi propagar o ódio político às pessoas. E especialmente aqui as mulheres continuam nesta mesma pauta. Quero também anunciar, rapidamente, que eu estive no Festival Mulheres em Luta (MEL), em São Paulo. O evento foi organizado pelo Instituto "E se você fosse?", organizado pela ex-deputada federal Manuela D'Ávila. Estiveram presentes: Mônica Benício, Natália Bonavides, Márcia Tiburi, Célia Xakriabá, a Priscila, coordenadora nacional do Vida Além do Trabalho, que vem discutindo a escala 'seis por um'. E também se fizeram presentes vários outros movimentos. E durante o evento, ouvimos o depoimento da deputada Célia Xakriabá, que foi vítima de violência, semana passada, em ação da Polícia Militar e da Polícia Legislativa, em Brasília. Célia Xakriabá acompanhava o movimento dos povos indígenas, que lutam por seus territórios, e ela foi duramente atacada, de forma bastante racista, inclusive, de forma a dizer: "Olha, se a luta é por terra, se a luta é indígena, a polícia ataca, mas no 8 de janeiro essa polícia não conteve o movimento." Isso mostra que existe um movimento ideológico muito forte de opressão às



mulheres, às mulheres do Legislativo, inclusive, que representam a luta dos povos indígenas. Nós prestamos mais uma vez solidariedade à deputada Célia Xakriabá, extensiva a todos os povos indígenas que estiveram lá no movimento, que lutam pela terra e que são duramente atacados. Ataque semelhante nós vimos aqui também, no final do ano, praticado pela polícia do governador Riedel. Se é pobre, se é indígena, é recebido assim quando faz a luta; mas hoje pedem anistia para quem participou do 8 de janeiro...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Tempo para concluir, deputada.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Estou observando o meu tempo ali, deputado. E nesse movimento a gente percebe então a necessidade de se debater sobre a democracia no país, sobre uma democracia que inclua as mulheres e os povos indígenas e que não impeça as mulheres de fazer a sua parte, que não as impeça de lutar, de dizer o que precisa ser dito e que não interrompa as nossas lutas. No Movimento MEL, diversas parlamentares compareceram. Nós tomamos uma decisão: se vai mexer com uma, vai mexer com todas; se vai estourar bomba sobre uma, vai ter que matar todas. Porque nós não vamos nos calar, não vamos nos silenciar diante dessa repressão, diante desses ataques que dizem respeito à vida das mulheres em todos os seus territórios. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não há mais oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada (11h40min).